

Incursoes sobre uma política de formação de educadores no Estado de São Paulo: o curso “Gênero, Sexualidade e Diversidade Sexual: desafios para a escola contemporânea”

Inursions about teachers' education policy in State of São Paulo: the course “Gender, Sexuality and Sexual Diversity: challenges for the contemporary school”

Thiago Teixeira Sabatine^I, Marina Matera Sanches^{II}

Resumo

Este artigo analisa uma estratégia de formação continuada dos servidores da Secretaria de Estado da Educação, por meio do curso “Gênero, Sexualidade e Diversidade Sexual: desafios para a escola contemporânea”, tomando como ponto de partida as discussões, conteúdos e discursos lançados pelo curso, para pensar o modo como o sistema educacional concebe a escola e o papel do educador no âmbito das questões de gênero, sexualidade e diversidade sexual, considerando a iniciativa em perspectiva com as imbricações políticas e culturais mais amplas que informam a inserção desse debate na educação contemporânea.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Formação de professores.

Abstract

This article analyses the teachers' continuing education of servers from Education Secretary of State of São Paulo, by means of the course “Gender, Sexuality and Sexual Diversity: challenges for the contemporary school”, with starting point discussions, contents and speeches launched by the course, to think the way in which the educational system conceives the school and the role of the educator in the questions about gender, sexuality e sexual diversity, considering the initiative in perspective with the political and cultural imbrications that inform the insertion of this debate in contemporary education.

Keywords: Gender; Sexuality; Teachers' education.

Introdução

Estudar gênero, sexualidade e outros marcadores sociais da diferença, na Educação Básica atual, é um grande desafio. Circulam muitos equívocos e ideias recrudescidas sobre o tema na arena pública e diversas polêmicas alimentadas especialmente por discursos

conservadores, que têm provocado acirramentos em variados planos da política educacional, como aqueles concernentes aos currículos, à produção de material didático e à formação docente, com ressonâncias nas relações cotidianas entre os sujeitos que compõe e dão vida às escolas.

Analisaremos nesse artigo uma das estratégias de formação continuada dos servidores da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, por meio do curso “Gênero, Sexualidade e Diversidade Sexual: desafios para a escola contemporânea”. A ideia é tomar como ponto de partida as discussões, conteúdos e discursos lançados pelo curso, para pensar o modo como o sistema educacional concebe a escola e o papel do educador no âmbito das questões de gênero, sexualidade e diversidade sexual.

^I Thiago Teixeira Sabatine (thiagosabatine@usp.br) é licenciado e bacharel e Mestre em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, em Marília (UNESP), Doutor em Antropologia Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), pesquisador do Núcleo de Estudos em Marcadores Sociais da Diferença desta universidade (NUMAS-USP) e Professor de Sociologia da rede de ensino do Estado de São Paulo e autor e organizador do curso “Gênero, Sexualidade e Diversidade Sexual: desafios para a escola contemporânea” da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores do Estado de São Paulo Paulo Renato Costa Souza (EFAP).

^{II} Marina Matera Sanches (marina.sanches@educacao.sp.gov.br) é licenciada e bacharel em Ciências com habilitação em Ciências Biológicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mestranda em Ensino de Ciências e Matemática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Professora de Ciências da rede de ensino do Estado de São Paulo, *Designer Instrucional* e Gestora do curso “Gênero, Sexualidade e Diversidade Sexual: desafios para a escola contemporânea” da EFAP.

O curso, em sua primeira edição, foi oferecido a 6.002 servidores dos quadros do magistério, de quadros do apoio escolar e da Secretaria da Educação, no primeiro semestre de 2018, na modalidade de Educação a Distância (EAD), pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo Paulo Renato Costa Souza (EFAP), em formato de estudos autônomos (autoinstrucional). O curso contou com carga horária de 90 horas, conteúdo baseado em videoaulas com intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), textos de apoio adaptados para leitores de tela, referências para sites externos, questões de avaliação da aprendizagem e pesquisa de avaliação do curso.

Antes de avançarmos nessa proposta, cabe destacar o contexto que informou a iniciativa. Estamos diante de um cenário que opera novas linhas de força, estratégias dinâmicas e heterogêneas, que provocam relativos espraiamentos em torno das questões de gênero, sexualidade e diversidade sexual no campo dos Direitos Sexuais e Reprodutivos e nas respostas públicas e do Estado^{1,2}. Ainda que ocorra um flagrante déficit democrático em um contexto de recrudescimento de discursos autoritários, também há um interesse renovado que suscita novos olhares e novos atores, que disputam e constituem um campo que enreda um tipo de relacionamento do Estado, com a *expertise* de ativistas e especialistas que torcem novas formas de pensar e conduzir políticas públicas³.

Podemos tomar várias arenas para pensar o modo como as questões de gênero e sexualidade têm adentrado as políticas educacionais. Nos últimos anos, têm se propagado discursos contrários à erroneamente chamada “ideologia de gênero”⁴. No debate acirrado sobre o Plano Nacional de Educação de 2014 (Lei Federal nº 13.005)⁵, esse debate fez com que fossem suprimidas as estratégias sob a perspectiva de gênero e outros

marcadores sociais da diferença; o que influenciou na elaboração de outros planos, incluindo o do Estado de São Paulo de 2016 (Lei Estadual nº 16.279)⁶.

Contudo, reações de diferentes campos do ativismo, dos educadores, da academia e do próprio poder público têm mobilizado setores das políticas educacionais a conceber os compromissos que outrora pareciam começar a se delinear para a área. Cabe destacar também a judicialização e o questionamento da legalidade das proibições em curso; especialmente, porque, a despeito das ambivalências e acirramentos, há uma legislação nacional para a Educação que adota como princípio orientador a promoção dos Direitos Humanos, o reconhecimento das diferenças e o de cada pessoa poder usufruir ambientes escolares mais favoráveis e plenos à aprendizagem que garante integridade, participação livre, equalização de oportunidades e responsabilidade de todos que se beneficiam desse processo na construção de uma sociedade ética e solidária.

Essas perspectivas podem ser rastreadas nas principais legislações e normas em vigência, partindo da Constituição de 1988, na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340 de 2006)⁷, nas diretrizes e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), como naquelas sobre a Educação Básica (resoluções nº 4 de 2010⁸, nº 7 de 2010⁹; nº 2 de 2012¹⁰) e na que define o uso do nome social de travestis e transexuais no âmbito nacional (Resolução 1 de 2018)¹¹. No âmbito do Estado de São Paulo, cabe destacar: a Resolução do Conselho Estadual da Educação (CEE) sobre uso do nome social (Deliberação nº 125 de 2014)¹², a Resolução da Secretaria da Educação nº 52 de 2013¹³, que define os perfis, as competências e as habilidades esperados dos profissionais assinalando questões de gênero, sexualidade e diversidade sexual no marco do respeito aos Direitos Humanos. Essas leis e normas poderiam ser cotejadas

com as políticas de currículo, da produção do material didático e da própria formação dos recursos humanos – tópicos que exigem análises minuciosas, e que escapam ao escopo deste artigo.

A formação de professores e demais servidores da Educação, a despeito do recente espriamento da discussão, ainda são frágeis e na maioria das vezes há um interessado silenciamento da discussão^{14,15,16}. Repertórios mais consistentes foram construídos na área de formação docente a partir de 2005, no Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (CLAM-UERJ) que, em parceria com o governo federal e o Conselho Britânico, criou o curso “Gênero e Diversidade na Escola” (GDE)¹⁷. Esse curso passou a ser oferecido por universidades públicas que participam da Universidade Aberta do Brasil (UAB), servindo de referência para outras iniciativas.

Focaremos adiante, o curso “Gênero, Sexualidade e Diversidade Sexual: desafios para a escola contemporânea”, oferecido pela EFAP, analisando o modo como propõe a discussão de temas de diversidade, gênero, sexualidade e relações étnico-raciais e os subsídios e repertórios que oferece para que educadores possam refletir e transformar suas práticas pedagógicas.

Incursões na proposta do curso

O curso foi organizado em três módulos, com apoio de especialistas, ativistas, gestores, técnicos das Secretarias Estaduais da Educação, da Saúde e da Justiça, Promotores de Justiça do Ministério Público Estadual e acadêmicos. Cada módulo conta com seis aulas, que consistem, cada uma, em diferentes recursos, como videoaulas compostas aproximadamente de seis blocos (totalizando 101 blocos de videoaulas com duração em média de dez minutos), além de textos,

recursos da *web*, referências *web* e bibliográficas e questões avaliativas.

O primeiro módulo “Gênero e Educação” é composto de seis aulas que abordam diferentes perspectivas para explorar as relações de gênero e o modo como essas se manifestam na escola, nos comportamentos dos estudantes, nos pressupostos das práticas pedagógicas e como os educadores podem contribuir para enfrentar as desigualdades, as violências e inserir o tema em sala de aula, cotejando-o com o currículo oficial. O módulo enfatiza o conceito de gênero partindo de um diálogo entre o pensamento feminista e das Ciências Humanas e Sociais, demonstrando as articulações existentes entre a produção do conhecimento contemporâneo e as lutas pela ampliação do repertório de direitos, as conquistas e os desafios do presente.

Na primeira aula “O Conceito de Gênero e os Processos de Socialização”, pesquisadoras do Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença da Universidade de São Paulo (NUMAS/USP)^{III}, apresentam o conceito de gênero apoiadas em ampla literatura e, em um *tour de force* destacam a influência do feminismo, em suas diferentes ondas e a construção de campo de investigações sobre gênero que passa por Simone de Beauvoir¹⁸, Joan Scott¹⁹, Thomas Laqueur²⁰, Judith Butler²¹, conferindo especial atenção para as diferentes experiências que marcam as vidas de mulheres, passando pelo feminismo negro, incluindo a obra de Gonzales²² e Carneiro²³ e do feminismo trans.

A aula introduz a questão: “o conhecimento sobre gênero e suas diferentes articulações pode ajudar em nosso convívio e no trabalho diário nas escolas?”. Após na ênfase na construção relacional e histórica do que é feminino e masculino,

^{III} Nessa aula, representado por Isabela Nálío Ramos e Fernanda Kalliany Martins.

há destaque sobre o modo como hierarquias, estereótipos, classificações de gênero circulam no ambiente escolar. Apoiadas em Vianna e Finco²⁴, aponta-se para os processos de masculinização e feminilização dos corpos que estão presentes nas diferentes brincadeiras e incentivos ou nas expectativas de comportamentos vistos como de meninas e meninos, no controle de sentimentos, movimentos corporais, desenvolvimento de habilidades e que, portanto, no espaço escolar também operam processos de socialização de gênero por meio das interações entre estudantes, do ensino, do seu funcionamento e currículo. Por isso, destaca que as práticas pedagógicas não são neutras e podem atuar para a promoção da equidade ou reforçar as desigualdades de gênero.

Na segunda aula “Gênero e Desigualdades”, também pesquisadores^{IV} do NUMAS-USP problematizaram as questões de desigualdade, as posições desiguais ocupadas por mulheres e homens, tanto na esfera pública quanto na privada. Gênero também diz respeito às relações de poder, não meras diferenças, mas compõe desigualdades e hierarquias. Tal temática fica especialmente latente no que diz respeito ao acesso à Educação, às diferenças de sucesso e fracasso escolar entre meninos e meninas, etc., chamando atenção para a questão das masculinidades, suas ressonâncias em atitudes de não pertencimento, indisciplina e violência escolar, bem como o inquietante fracasso escolar que atinge especialmente rapazes que estão abaixo das hierarquias de classe e raça. Apoiadas em Carvalho²⁵ mostra-se que as discussões de gênero são centrais para a escola hoje, pois oferecem instrumentos para enfrentar temas cruciais como aqueles relativos à aprendizagem e à convivência.

Na aula seguinte “Os Movimentos Feministas e a Luta pela Conquista de Direitos”,

^{IV} Renata Guedes Mourão Macedo, Karlene Bianca e Letizia Patriarca.

ministrada por um profissional do NUMAS-USP^V, junto a membro do Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM)^{VI}, problematizam as mudanças sociais decorrentes das lutas feministas e a ampliação dos direitos na segunda metade do século XX, no contexto brasileiro e internacional, buscando responder às perguntas sobre as relações que se podem estabelecer entre o movimento feminista e o Direito: “Quais as conquistas que podem ser consideradas como legado do movimento feminista?”, “Quais as reivindicações atuais do movimento feminista no Brasil, especialmente em um contexto de acirramentos e de disputas políticas que se cristalizam na ideia de “ideologia de gênero”?”. A aula apoia-se na leitura de Carneiro²³ e Pinto²⁶ sobre a história do feminismo e dos movimentos de mulheres.

Na quarta aula “Educação e Violência de Gênero”, são retomados trechos da Videoconferência “Educação e Violência de Gênero” realizada, em 7 de junho de 2016, nos ambientes da EFAP/Rede do Saber²⁷. Promotoras do Ministério Público do Estado de São Paulo^{VII} problematizaram com os coordenadores do curso as questões relativas à violência de gênero, apresentando o modo como afetam as mulheres no mundo doméstico e público, bem como as questões relativas à prevenção no contexto escolar. A ênfase recai sobre os significados da violência de gênero, o modo como atinge diferencialmente as mulheres, considerando marcadores de cor e classe social. Problematizam-se, também, os ambientes familiares como arenas da violência doméstica e da violência sexual e os processos de silenciamento das mulheres e meninas em casos de

^V Um dos autores deste artigo, o professor, proponente e coordenador do curso Thiago Sabatine.

^{VI} A especialista Ingrid Leão.

^{VII} Valéria Scarance, Sílvia Chakian e Fabíola Sucasas.

violência. Por fim, se apresenta como as relações violentas circulam nas redes sociais e expõem as mulheres a diversas situações vexatórias e constrangedoras como a divulgação da nudez, da pornografia de vingança. As promotoras procuram mostrar como os educadores podem lidar com estas questões, cotejando o assunto com os dispositivos legais de proteção das mulheres, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 2006)⁷ e os mecanismos e instituições de apoio às vítimas. Como indicação de leitura, são recomendados a cartilha “Mulher Vire à página” do Ministério Público do Estado de São Paulo²⁸ e o próprio texto da Lei Maria da Penha.

Em seguida, na aula “Políticas Públicas para as Mulheres”, uma representante do Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF)^{viii} e o coordenador do curso, apresentaram as políticas públicas para as mulheres de uma perspectiva histórica, da redemocratização do Brasil, com a criação dos primeiros mecanismos de participação feminina como o Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1983, e da implantação, no mesmo ano, do Programa de Atenção Integrada à Saúde da Mulher (PAISM)²⁹, em nível federal, passando pela criação, pelo Estado de São Paulo, da 1ª Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), em 1985, até a ampliação dos serviços de atendimento à mulher vítima de violência, enfatizando os mecanismos existentes atualmente para coibir as violências contra as mulheres e jovens, especialmente a violência sexual. A escola, no conjunto de iniciativas intersetoriais, torna-se, nesse sentido, um espaço privilegiado para o debate e a construção de uma cultura de prevenção da violência de gênero e sexual contra crianças e adolescentes. Para apoiar a aula foram recomendados a leitura do “Guia Escolar: identificação de

sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes”³⁰, disponibilizado pelo Ministério da Educação, e um artigo de Bandeira³¹ sobre violência de gênero.

Na última aula do módulo “Gênero na Escola e no Currículo”, o coordenador do curso apresentou as discussões sobre gênero presentes no Currículo do Estado de São Paulo, bem como problematizou as relações de gênero no cotidiano das escolas, destacando as normas, regulamentos que orientam o sistema de ensino público de São Paulo, que definem a responsabilidade da promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana, incluindo a perspectiva de gênero e de raça e etnia. A aula focou no modo como o currículo aciona os conteúdos relativos aos Direitos Humanos, marcadores das diferenças, equidade de gênero e ao problema de violência doméstica e familiar contra a mulher. Para apoiar os cursistas foram recomendadas publicações oficiais da Secretaria de Estado da Educação sobre o tema^{32,33}.

O segundo módulo “Sexualidade e Educação” parte de uma perspectiva histórica e social para a problematização da sexualidade, analisando questões afeitas à subjetividade e articuladas a uma compreensão de processos políticos e culturais mais amplos. Colocando no centro do debate as preocupações que adentram as escolas, seja as questões relativas à saúde, a prevenção das infecções sexualmente transmissíveis (IST) – incluindo o HIV/aids –, da gravidez, assim como as questões da violência e o respeito às diversidades.

Na primeira aula “A Sexualidade na Perspectiva Histórica e Social”, o coordenador do curso tomou como ponto de partida a ideia de pensar a sexualidade para além de uma questão individual, mas como uma preocupação política e cultural que merece uma análise mais criteriosa.

^{viii} Na época, a Presidente deste conselho, Rosmary Correia (conhecida como Delegada Rose por ter sido a 1ª delegada de Delegacia de Polícia da Mulher, em 1985).

Seguindo as discussões feitas por Jeffrey Weeks³⁴ e Michel Foucault³⁵ problematiza-se os essencialismos que explicam a sexualidade por uma suposta verdade ou essência, por meio de uma perspectiva que foca os significados que damos a sexualidade e o modo como são socialmente organizados. Este tema ganhou estatuto científico no século XIX, quando as questões relativas aos corpos e ao comportamento sexual deixaram de ser uma preocupação exclusiva da religião e da filosofia moral, tornando-se uma preocupação generalizada de especialistas: da Medicina, de profissionais e de reformadores morais, com uma disciplina própria a Sexologia, com base na Biologia, Psicologia e nas demais Ciências Humanas, que passaram a influenciar e definir os termos do debate sobre o comportamento sexual. Explorando a atualidade desse debate, foram recomendadas as leituras de Altmann³⁶ e Louro³⁷.

Na aula seguinte, são analisadas as experiências relativas às sexualidades contemporâneas, o modo como são moldadas por acontecimentos críticos situados no tempo – como os efeitos de novos dispositivos, como a pílula anticoncepcional, a epidemia de aids, etc –, e a entrada no debate contemporâneo de novas linguagens e repertórios consagrados na ideia de Direitos Sexuais e Reprodutivos no contexto dos Direitos Humanos. Para tanto, a aula abordou as experiências da sexualidade juvenil, cotejando aspectos que vão do início da vida sexual do jovem brasileiro a partir de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)^{38,39} e as diferenças geracionais que acenam para mudanças relativas aos papéis sociais masculinos e femininos, além da construção de um direito democrático da sexualidade, que implica noções como consentimento e respeito à diversidade sexual¹. Para leitura foram recomendados os textos de Rios⁴⁰ e Sabatine e Magalhães⁴¹.

O direito a exercer a orientação sexual sem sofrer discriminações ou violência, o direito de

cada pessoa de ver reconhecidos e respeitados o seu corpo, o seu desejo e o seu direito a amar, são temas que remetem ao protagonismo e engajamento do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no Brasil. Por isso, na terceira aula “Movimento Social LGBT Brasileiro e a Visibilidade de Novos Sujeitos Políticos” um representante do NUMAS-USP^{ix}, apoiado na leitura de Facchini e França⁴², apresentou a história do movimento, suas conquistas e seus desafios, destacando os variados contextos políticos e estratégias utilizadas para a afirmação do direito a expressão das sexualidades e das identidades de gênero.

Na aula seguinte “Travestis, Mulheres Transexuais e Homens Trans”, são retomados trechos da videoconferência “Tratamento Nominal de Discentes Travestis e Transexuais”, realizada em 17 de novembro de 2014⁴³, que buscou orientar os servidores da rede estadual de ensino público para a aplicação do Decreto nº 55.588 de 2010⁴⁴, da Deliberação CEE nº 125/2014¹² e da Resolução nº 45 de 2014 da Secretaria da Educação de São Paulo⁴⁵, que dispõem sobre o uso do nome social e respeito a identidade de gênero de travestis e transexuais. O coordenador do curso e a primeira mulher transexual que se tornou diretora de escola na rede de ensino de São Paulo^x problematizaram as experiências de exclusão, atos de discriminação e as desigualdades vivenciadas por travestis, mulheres transexuais e homens trans e os desafios para a garantia do direito à educação, visando a assegurar a permanência escolar e a qualidade da educação com o reconhecimento das diferenças nas escolas. Como material de apoio da aula foi recomendada a leitura do Documento Orientador nº 15 de 2015⁴⁶

^{ix} Pesquisador Marcio Zamboni.

^x Paula Beatriz de Souza Cruz que se tornou diretora da Escola Estadual Santa Rosa de Lima, em 2005.

da Secretaria da Educação, elaborado para subsidiar a implantação da política.

A quinta aula “Direitos da População LGBT e as Políticas Públicas do Estado de São Paulo” contou com a participação do coordenador do curso e do Coordenador de Políticas para a Diversidade Sexual da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo^{XI}. Os expositores apresentaram a ampliação do reconhecimento do Estado para as questões da população LGBT como direito humano, contextualizando as políticas públicas no cenário nacional e especialmente no Estado de São Paulo, como os mecanismos criados pela Lei Estadual 10.948, de 2001⁴⁷, que pune a discriminação em razão da orientação sexual e identidade de gênero, entre outros dispositivos criados nas áreas da cultura, da saúde, da justiça, da segurança pública e da educação que ampliam os direitos LGBT. Para leitura foi recomendada a cartilha “Diversidade Sexual e Cidadania LGBT”⁴⁸, que apresenta os principais marcos legais vigentes em São Paulo e no país.

Na última aula do módulo “Sexualidade na Escola e no Currículo”, o coordenador do curso, juntamente à responsável^{XII} pelos projetos ligado ao Saúde e Prevenção na Escola (SPE) na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo problematizaram as relações de poder no cotidiano das escolas, explorando como ela se constitui como uma arena onde se expõem os conflitos ligados ao reconhecimento das diferenças de gênero e sexualidade e focando no seu potencial de possibilidades de fornecer uma aprendizagem a partir das propostas presentes no Currículo do Estado de São Paulo – que aponta para a aprendizagem em termos éticos, do respeito à pluralidade, e para a promoção do autocuidado e cuidados dos outros,

especialmente no que toca à saúde num contexto de epidemia de HIV/aids. Para tanto, foram recomendadas as leituras de publicações institucionais já disponíveis sobre o currículo oficial^{49,50}.

O curso, em seu terceiro módulo “Diversidades, Diferenças e Desigualdades”, busca apresentar uma visão mais abrangente sobre as diferenças de gênero, sexualidade e raça/etnia, partindo de uma perspectiva não essencialista e da ideia de que as ações humanas são carregadas de significados e relações de poder⁵¹. Aprender sobre as diferenças, a partir da abjeção, do vexatório, da desvalorização e da injúria, é um fator presente nas escolas e na sociedade quando se colocam em evidência marcadores sociais, como de cor/raça, gênero e sexualidade⁵².

Esse módulo problematiza a construção das diferenças de gênero, sexualidade, raça/etnia, ressaltando o modo como são convertidas em processos de desigualdade que se sobrepõem, se reforçam mutuamente e direcionam diversas práticas discriminatórias e preconceitos em nossa sociedade e na escola. O módulo visa a fornecer subsídios para a promoção de práticas pedagógicas com enfoque na garantia de direitos e na valorização das diferenças.

Na primeira aula “A Diversidade Cultural e o Aprendizado das Diferenças nas Escolas”, os pesquisadores do NUMAS-USP^{XIII} apresentaram o conceito de diversidade cultural, contextualizando a ideia de cultura e suas variações ao longo do tempo/espço. Partem de uma perspectiva não essencialista para superar argumentos que serviram historicamente para justificar a inferioridade e a desigualdade no acesso aos direitos, especialmente o direito à educação, com base em marcadores como etnia, raça, gênero e sexualidade. São debatidos conceitos antropológicos,

^{XI} Na época e ainda ocupando o cargo, Cássio Rodrigo de Oliveira Silva.

^{XII} A professora Eleuza Guazzelli.

^{XIII} Paula Alegria e Bernardo Fonseca Machado.

como etnocentrismo, racismo, sexismo e heteronormatividade, à luz das relações de poder que permeiam as interações nas escolas, a partir das leituras de Zamboni⁵³ sobre os marcadores sociais da diferença, de Junqueira⁵⁴ sobre as estratégias discursivas e os estados de negação da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero nas escolas e de Guimarães⁵⁵ sobre raça, cor, cor da pele e etnia.

Na segunda aula “Gênero e Relações Étnico-Raciais” e na terceira aula “Estereótipos, Sexualidade e Discriminação Racial” uma pesquisadora^{xiv}, do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), analisa a articulação das diferenças relacionadas a gênero e marcadores como cor/raça, problematizando a exclusão e a desigualdade social, a fim de desconstruir pressupostos racistas, especialmente aqueles que afetam meninas e meninos negros, a partir de uma reflexão comprometida com a equidade. Os marcadores de raça e gênero operam na produção de estereótipos, hierarquias sociais, desejos, preferências e relações afetivas e sexuais. Para que os educadores possam desconstruir as apreciações negativas em função da cor/raça no universo da escola, foram recomendadas as leituras de Santos⁵⁶, Crenshaw⁵⁷; Gomes^{58,59} e da Lei nº 10.639 de 2003⁶⁰.

Na quarta aula “Gênero e Qualidade da Educação”, o coordenador do curso e uma especialista em gênero^{xv} da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, analisam as questões relativas à qualidade da educação, especialmente os indicadores de acesso, de permanência e de desempenho escolar, para pensar as diferentes trajetórias de sucesso e fracasso escolar de meninos e meninas, mostrando que a discussão contemporânea de qualidade da educação passa

pela consideração atenta às diferenças. São recomendadas leituras de textos de autoria de Carvalho²⁵ que remetem a esse debate^{61,62}.

Na quinta aula “Práticas Pedagógicas: educação em sexualidade e saúde”, profissionais^{xvi} da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), do Centro de Referência e Treinamento em DST/Aids e da Coordenação Técnica de Saúde do Adolescente da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo^{xvii}, e o coordenador do curso, apresentaram a importância da promoção da educação em sexualidade e saúde nas escolas, fazendo sugestões de atividades norteadas por uma perspectiva de enfrentamento às discriminações, à promoção da saúde sexual e reprodutiva e cotejando-os com os principais indicadores desta área sobre a saúde do jovem. Para apoiar o trabalho dos educadores foram recomendadas as leituras de guias e manuais elaborados pelo próprio sistema de educação e da saúde do Estado de São Paulo^{63,64}.

Por fim, a sexta aula “As Práticas Pedagógicas e as Diferenças” encerra o curso com o debate da prática escolar. Nessa aula, o coordenador do curso, com aportes de Louro⁶⁵, apresenta subsídios para a promoção de práticas pedagógicas baseadas no reconhecimento das diferenças, enfatizando que a escola é, em conjunto com toda a sociedade e o Estado, um local de enfrentamento das discriminações, preconceitos, estereótipos e local para o aprendizado e valorização da diversidade.

Avaliação e resultados

O Centro de Avaliação da EFAP elaborou a pesquisa de avaliação do curso a partir das dimensões: plano de curso, recursos didáticos, suporte ao cursista, resultados, autoavaliação e satisfação.

^{xiv} Giselle Cristina dos Anjos Santos.

^{xv} A Professora Marília Pinto de Carvalho.

^{xvi} Edson de Almeida e Jurema Panza.

^{xvii} Respectivamente Ivone de Paula e Albertina Duarte Takiuti.

O gráfico 1 demonstra que 99,17% dos profissionais avaliaram que o plano de curso desenvolvido favoreceu o alcance das metas e dos objetivos estabelecidos no projeto do curso, 98,05% avaliaram que os Recursos Didáticos utilizados no curso (textos, recursos interativos, vídeos, AVA-EFAP) favoreceram os processos de ensino e de aprendizagem, 99,49% avaliaram que o serviço de suporte institucional prestou atendimento adequado às necessidades dos cursistas.

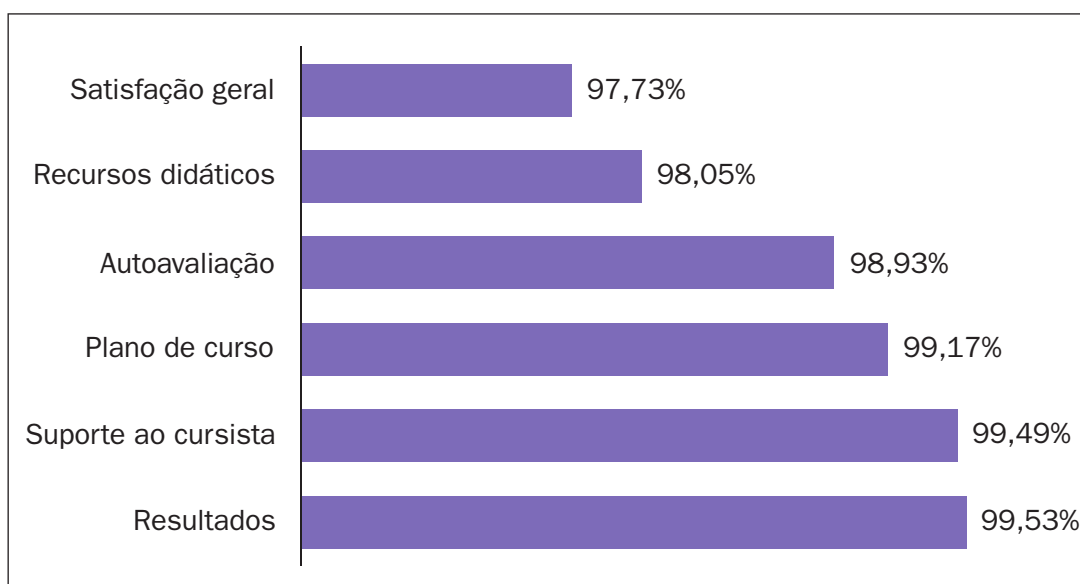
Em relação aos resultados, ficou evidenciado que para 98,53% os objetivos do curso foram alcançados. No que se refere à autoavaliação, 98,93% se dedicaram e se engajaram com o curso de formação. No que diz respeito ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, 82,02% manifestaram satisfação com os recursos disponibilizados⁶⁶.

Não poderíamos deixar de notar em perspectiva com o próprio entendimento dos cursistas, quando solicitados à avaliação do curso, reforçarem

a importância desse debate e dos subsídios apresentados pelo curso. Outras questões também foram apontadas em “Críticas e sugestões”. Entre as principais sugestões surgiram a possibilidade de novas edições para os profissionais que não conseguiram se inscrever, visto que as vagas disponíveis se esgotaram em poucas horas, e a possibilidade de atendimento a toda comunidade escolar. Como críticas surgiram a sugestão de espaços virtuais para troca de ideias entre os participantes, a possibilidade de disponibilizar um tutor para acompanhar as turmas no AVA, a redução na quantidade de vídeos, a dificuldade de carregamento dos vídeos em algumas localidades e a possibilidade de realização de encontros presenciais.

O curso atingiu 6.002 (seis mil e dois) profissionais, majoritariamente do quadro do magistério (83,92%), seguidos pelos profissionais de apoio escolar (14,21%) e da Secretaria de Educação (0,02%), com índice de aprovação de 86,95%.

Gráfico 1. Índices de satisfação nas dimensões avaliadas na pesquisa de avaliação do curso “ Gênero, sexualidade e diversidade sexual: desafios para a escola contemporânea”



Fonte: Relatório Executivo de Avaliação. Gênero, sexualidade e diversidade sexual: desafios para a escola contemporânea - 1ª Edição/2018. CENAV/EFAP.

Considerações finais

Há um longo caminho a ser percorrido, dados os contundentes obstáculos que se asse-
nhoram da temática de gênero e sexualidade na
educação básica no presente. Sem esgotar esse
debate, nos parece fundamental aprofundar
iniciativas nessa área que possam assegurar di-
mensões ainda pouco problematizadas do pro-
cesso educativo. Afinal, está em disputa um pro-
jeto de educação e uma responsabilidade que, se
esquecida, certamente ameaça tornar a escola
menos habitável e menos generosa, pois sabe-
mos que quando o Estado e a sociedade adotam
restrições no enfrentamento às desigualdades,
à violência, à garantia de direitos, os danos se
alastam para todas e todos.

Referências

1. Carrara S. Moralidades, racionalidades e políticas sexu-
ais no Brasil Contemporâneo. *Mana*. 2015; 21(2):323-345.
2. Vianna C, Unbehaum S. Contribuições da produção aca-
dêmica sobre gênero nas políticas educacionais: elemen-
tos para repensar a agenda. In: Carreira D. Gênero e educa-
ção: fortalecendo uma agenda para as políticas educacio-
nais. São Paulo: Ação Educativa, CLADEM, ECOS, Géledes,
Fundação Carlos Chagas; 2016. p.53-119.
3. Dehesa R. Incursiones queer en la esfera pública - movi-
mientos por los derechos sexuales en México y Brasil. Mé-
xico: Universidad Nacional Autónoma de México, Programa
Universitario de Estudios de Género, Associação Brasileira
Interdisciplinar de Aids, Sexuality Picy Watch; 2015.
4. Miskolci R, Campana M. Ideologia de gênero: notas para
a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Soc. Es-
tado*. 2017; 32(3):725-748.
5. Brasil. Lei Federal nº 13.005. Aprova o Plano Nacional de
Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: Presi-
dência da República; 25 jun 2014.
6. São Paulo. (estado). Lei Estadual nº 16.279. São Paulo:
ALESP; 8 jun 2016.
7. Brasil. Lei nº 11.340. Cria mecanismos para coibir a vio-
lência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Presi-
dência da República; 7 ago 2006.
8. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 4. Define
Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação
Básica. Brasília: CNE; 13 jul 2010.
9. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7. Fixa Di-
retrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental
de 9 anos. Brasília: CNE; 14 dez 2010.
10. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2. Esta-
belece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino
Médio. Brasília: CNE; 30 jan 2012.
11. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1. De-
fine o uso do nome social de travestis e transexuais nos
registros escolares. Brasília: CNE/CP; 19 jan 2018.
12. Conselho Estadual de Educação de São Paulo. Delibera-
ção nº 125. Dispõe sobre a inclusão de nome social nos
registros escolares das instituições públicas e privadas no
Sistema de Ensino do Estado de São Paulo e dá outras pro-
vidências correlatas. São Paulo: CEE/SP; 2014.
13. São Paulo. Secretaria de Estado da Educação. Reso-
lução nº 52. Dispõe sobre os perfis, competências e habi-
lidades requeridos dos Profissionais da Educação da rede
estadual de ensino, os referenciais bibliográficos e de le-
gislação, que fundamentam e orientam a organização de
exames, concursos e processos seletivos e dá outras provi-
dências. São Paulo; SEE/SP; 14 ago 2013.
14. Ecos – Comunicação em Sexualidade. As políticas de
educação em sexualidade no Brasil – 2003 a 2008. São
Paulo: ECOS, The Ford Foundation; 2008.
15. Organização das Nações Unidas para a Educação, a
Ciência e a Cultura. Seminário educação em sexualidade e
relações de gênero na formação inicial docente no ensino
superior – Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 9 de outu-
bro de 2013 – relatório final. Brasília: UNESCO; 2014.
16. Gatti BA, Barreto ESS, André MEDA. Políticas docentes
no Brasil: um estado da arte. Brasília: UNESCO; 2011.
17. Carrara S, Barreto A, Araújo L, Dacach S, Pereira ME,
Leite V. Gênero e diversidade na escola: trajetórias e reper-
cussões de uma política pública inovadora. Rio de Janeiro:
CLAM, CEPESC; 2011.
18. Beauvoir S. O segundo sexo: fatos e mitos. São Paulo:
Difusão Européia do Livro; 1960.
19. Scott J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica.
*Educação e Realidade*1990; 16(2):5-22.
20. Laqueur T. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gre-
gos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; 2001.
21. Butler J. Problemas de gênero. Rio de Janeiro: Civiliza-
ção Brasileira; 2003.

22. Gonzalez L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Rev. Ciênc. Soci. Hoj. Anpocs*, pp. 223-244, 1984.
23. Carneiro S. Mulheres em movimento. *Estud. Avanç.* 2003; 17(49):117-133.
24. Vianna C, Finco D. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. *Cad. Pagu.* 2009; (33):265-283.
25. Carvalho MP. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. *Educ. Pesq.* 2003; 29(1):185-193.
26. Pinto CRJ. Feminismo, história e poder. *Rev. Sociol. Polit.* 2010; 18(36):15-23.
27. Escola de Formação de Professores Paulo Renato Costa Souza. Videoconferência “Educação e Violência de Gênero” realizada em 7 de junho de 2016. [acesso em: 01 mar 2018]. Disponível em: www.rededosaber.sp.gov.br
28. Ministério Público do Estado de São Paulo. Mulher vire à página. São Paulo: MPSP; 2016. (on line). [acesso em: 22 out 2018]. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/vire_a_pagina.pdf
29. Brasil. Ministério da Saúde. Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAIM). Brasília; 1984.
30. Santos BR. Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. In: Santos BR, Ippolito R. Seropédica. Rio de Janeiro: EDUR; 2011. [acesso em: 22 out 2018]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32151-guia-escolar-rede-de-protecao-pdf&Itemid=30192. Acesso em 18 nov. 2016.
31. Bandeira LM. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Soc. estado.* 2014; 29(2):449-469. [acesso em 22 out 2018]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008
32. São Paulo. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Gestão da Educação Básica. Relatório técnico acompanhamento das ações da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo para educação em sexualidade, diversidade sexual e gênero - ano 2013 até 2015. São Paulo; 2016. p.31-35.
33. São Paulo. Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo. São Paulo; 2008.
34. Weeks J. O corpo e a sexualidade. In: Louro GL. O corpo educado - pedagogias da sexualidade. (2ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica; 2000.
35. Foucault M. A história da sexualidade vol. 1: a vontade de saber. (12. ed.). Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal; 1997.
36. Altmann H. A sexualidade adolescente como foco de investimento político-social. *Educ. Rev.* 2007; 46:287-310. [acesso em: 22 out 2018]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/n46/a12n46.pdf>
37. Louro GL. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Rev. Estud. Fem.* 2001; 9(2):541-553.
38. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) - 2012. Rio de Janeiro: IBGE; 2013.
39. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) - 2015. Rio de Janeiro: IBGE; 2016.
40. Rios RR. Para um direito democrático da sexualidade. *Horiz. Antropol.* 2006; 12(26): 71-100.
41. Magalhães BR, Sabatine TT. Políticas públicas, justiça e homofobia: índices de mensuração para o reconhecimento do direito à sexualidade no Brasil. In: Souza LAF (org.). Políticas de segurança pública no estado de São Paulo: situações e perspectivas a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP. São Paulo: Cultura Acadêmica; 2009.
42. Facchini R, França I. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. *Sexualidad, salud y sociedad – Rev. Latin.* 2009; (3):54-81. (on line). [acesso em: 22 out 2018]. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/41/468>
43. Escola de Formação de Professores Paulo Renato Costa Souza Videoconferência “Tratamento nominal de discentes travestis e transexuais”. São Paulo; 17 dez 2014. [acesso em: 24 out 2018]. Disponível em: <http://doczz.com.br/doc/55214/tratamento-nominal-de-discentes-travestis-e-transexuais>
44. São Paulo. (estado). Decreto nº 55.588. Dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá providências correlatas. São Paulo: ALESP; 17 mar 2010.
45. São Paulo. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Resolução nº 45. Dispõe sobre o tratamento nominal de discentes travestis e transexuais, no âmbito da Secretaria da Educação. São Paulo; 18 ago 2014.
46. São Paulo. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Gestão da Educação Básica. Documento Orientador nº15. Tratamento nominal de discentes travestis e transexuais.

versão ampliada e atualizada. Sabatine T. (org.). São Paulo; 2015.

47. São Paulo. (estado). Lei nº 10.948. Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências. São Paulo: ALESP; 5 nov 2001.

48. São Paulo. Governo do Estado. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. Diversidade sexual e cidadania LGBT. São Paulo: SJDC/SP; 2014. 44p.

49. São Paulo. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Gestão da Educação Básica. Documento Orientador nº 14 de 2014. Diversidades sexuais e de gênero: guia de metodologias e atividades para o Programa Escola da Família. Sabatine T. (org.). São Paulo; 2014.

50. São Paulo. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Currículo do Estado de São Paulo. São Paulo; 2008.

51. Brah A. Diferença, diversidade, diferenciação. Cad. Pagu. 2006, (26):329-376. (on line). [acesso em: 22 nov 2016]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>

52. Miskolci R. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. (2ª ed). Belo Horizonte: Autentica Editora, UFOP; 2012.

53. Zamboni M. Marcadores sociais. Sociologia. 2013; (esp.):13-18. [acesso em: 22 out 2018]. Disponível em: http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/07/ZAMBONI_MarcadoresSociais.pdf. Acesso em 21 nov. 2016.

54. Junqueira R. A homofobia não é um problema. Aqui não há gays nem lésbicas! - estratégias discursivas e estados de negação da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero nas escolas. Rev. Psic. UNESP. 2010; 9(1):123-139.

55. Guimarães ASA. Raça, cor, cor da pele e etnia. Cad. Camp. 2011; 20(20):265-271.

56. Santos GCA. Somos todas rainhas. São Paulo: Associação Frida Kahlo, Articulação Política de Juventudes Negras; 2011.

57. Crenshaw K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos feministas. 2002; 10(1):171-188.

58. Gomes NL. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. Cadernos Pagu. 1995; (6-7):67-82.

59. Gomes NL. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educ. Pesq. 2003; 29(1):167-182.

60. Brasil. Lei nº 10.639. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília; Presidência da República, 9 jan 2003.

61. Carvalho MP. O conceito de gênero no dia a dia da sala de aula. Gender concept in the school day to day life. Revista de Educação Pública. 2012; 21(46-supl.):401-412.

62. Zago N, Paixão LP. Falando sobre gênero e educação: entrevista com Marília Pinto de Carvalho. Revista Pedagógica. 2013; 15(31):443-454.

63. Fundação para o Desenvolvimento da Educação. Preconceito e discriminação no contexto escolar. Guia com sugestões de atividades preventivas para a HTPC e sala de aula. São Paulo, FDE; 2009.

64. Fundação para o Desenvolvimento da Educação. Projetos Comunidade Presente e Prevenção Também se Ensinam: sugestões de atividades preventivas para HTPC e sala de aula. São Paulo: FDE, Diretoria de Projetos Especiais; 2012.

65. Louro GL. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Proposições; 2009; 19(2):17-23.

66. São Paulo. Secretaria da Educação. Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo Renato Costa Souza. Relatório executivo de avaliação - gênero, sexualidade e diversidade sexual: desafios para a escola contemporânea. (1ª ed.). São Paulo; 2018.